

4ª CÂMARA CÍVEL

Mandado de Segurança e Agravo Regimental nº 181348-5 e 1813485/01

Impetrante/Agvte Luiz Cavalcanti Lacerda

Impetrado Exmo. Sr. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal do Recife/PE

Relator: Des. Eurico de Barros Correia Filho

ACÓRDÃO

EMENTA: Mandado de Segurança em face de decisão judicial. Cabimento. Hipóteses restritas. Decisão objeto do mandamus proferida em ação penal ajuizada contra a companheira do impetrante denunciada por crime de estelionato. Suposta utilização indevida do dinheiro e patrimônio da vítima. Determinação, por provocação do órgão ministerial, no sentido de que o impetrante, pessoa octogenário e portador do Mal de Alzheimer, passasse aos cuidados de sua filha, mediante termo de responsabilidade. Possibilidade. Previsão legal. Medida estabelecida no Estatuto do Idoso (art. 45 da Lei nº 10.471/03). Decisão judicial de cunho acautelatório e de encaminhamento do idoso à família. Investigação no Juízo criminal acerca da legalidade da escritura pública de união estável lavrada logo após a morte da esposa do impetrante. Afastamento do caráter teratológico da decisão impugnada. Reconhecimento da situação antagônica em que se encontram as pretensões da vítima e da denunciada. Especial atenção ao fato noticiado nas informações da autoridade coatora no sentido de que durante a oitiva do impetrante este "não possuía o discernimento médio necessário para a prática de qualquer ato da vida civil, completamente alheio, sem responder corretamente a nenhuma pergunta, cristalinamente desprovido de saúde mental". Denegação da segurança. Perda de objeto do agravo regimental em apenso interposto em face do indeferimento da liminar no presente writ. Decisão uniforme.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Desembargadores que integram a 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, denegar a segurança pretendida, bem como em decretar a perda de objeto do agravo regimental em apenso, conforme os votos constantes das notas taquigráficas anexas.

Recife, 05 de maio de 2009.

Des. Eloy D'Almeida Lins
Presidente da 4ª Câmara Cível

Eurico de Barros Correia Filho
Des. Relator

tc